

Anexo I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23205.31543/2023-72

SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Chapecó, dezembro de 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
13/11/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	Equipe de Planejamento da Contratação



Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	5
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	5
3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO	10
3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação	10
3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais	11
3.3. Estimativa da demanda	12
3.4. Parcelamento da Solução de TIC	14
3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados	15
4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	15
4.1. Requisitos de Negócio	15
4.2. Subcontratação	16
4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.	16
4.3. Requisitos de Capacitação	16
4.4. Requisitos Legais	16
4.5. Requisitos de Manutenção	16
4.6. Requisitos Temporais	16
4.7. Requisitos de Segurança e Privacidade	17
4.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	17
4.9. Requisitos de Arquitetura Tecnológica	17
4.10. Requisitos de Projeto e de Implementação	17
4.11. Requisitos de Implantação	17
4.12. Requisitos de Garantia e Manutenção	18
4.13. Requisitos de Experiência Profissional	18
4.14. Requisitos de Formação da Equipe	18
4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho	18
4.16. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade	19
4.17. Requisitos de Sustentabilidade	19
5. RESPONSABILIDADES	21
5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE	21
5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA	22
5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços	23
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	24
6.1. Rotinas de Execução	24
6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle	24
6.3. Mecanismos formais de comunicação	24
6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança	25
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	25
7.1. Reunião Inicial	25
7.2. Critérios de Aceitação	26



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

7.3. Controle e Fiscalização	26
7.4. Procedimentos de Teste e Inspeção	26
7.5. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos	26
7.6. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento	27
7.7. Do Pagamento	32
7.8. Recebimento	35
8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO	37
10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	38
11. DO REAJUSTE DE PREÇOS	39
12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	39
12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação	39
12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência	39
12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação	40



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto é o fornecimento de solução tecnológica de segurança corporativa na modalidade SAAS, baseada em coleta e integração de dados, com ênfase na auditoria e monitoramento de segurança da informação da infraestrutura da UFFS.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que a solução possui padrões de desempenho e qualidade, possui especificações usuais de mercado e passíveis de serem definidos em edital.
- 1.3. Os serviços contratados neste objeto terão como vigência 36 (trinta e seis) meses, vinculado à validade da licença, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, da Lei n. 8.666/93.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 2.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar, “Encarte C” deste Termo de Referência.
- 2.2. A licitação será realizada na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, com julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM e por GRUPO**, conforme o caso com a utilização do Sistema de Registro de preços.
 - 2.2.1. Sugerimos a realização deste procedimento licitatório na forma **sistema de registro de preços** com o objetivo de formalizar **Ata de Registro de Preços**, para que não seja necessário realizar-se outro processo licitatório para contratação deste objeto para novas demandas que estão pretensas a surgir. Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens. Assim, buscamos enquadramento no Decreto nº 7892/13, artigo 3º, inciso IV:

- 2.2.2. “Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
- IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração”.
- 2.2.3. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Dec. nº 7.892/2013: necessidade de contratações frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 2.2.4. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei nº 10.520/2002), o objeto pode ser licitado, pela SRP visto que se adequa às hipóteses previstas no referido artigo 3º.
- 2.2.5. Ademais, no momento de assinatura de ata, a Administração não necessita ter disponibilidade de recursos, bastando que isso ocorra apenas quando da celebração do contrato ou instrumento equivalente, garantindo-se assim uma prontidão na aquisição dos produtos desejados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 2.2.6. Outro fator positivo é que por meio da adoção do SRP evita-se a multiplicidade de licitações repetitivas, contínuas e seguidas, com a finalidade de aquisição de um mesmo objeto, ou outros objetos semelhantes, estabelecendo-se assim uma rotina aperfeiçoada de atividade licitatória, em obediência aos Princípios da Eficiência e Economicidade.
- 2.2.7. Igualmente, uma vez que são estabelecidos lotes mínimos para a aquisição de grandes quantidades, evita-se o preço de varejo – como ocorre nas licitações comuns, visto que o objeto a ser adquirido é único – e assim, permite-se aos fornecedores formularem propostas mais vantajosas, em estrita conformidade com o objetivo principal do SRP, qual seja, a seleção da proposta mais vantajosa para Administração, obedecendo estritamente ao interesse público.
- 2.2.8. Outro potencial da vantagem do SRP é a possibilidade de que seja exercido um melhor controle de qualidade dos bens contratados por meio da Licitação, isso se deve ao fato de que existem muitas limitações e dificuldades enfrentadas pelo Gestor Público em relação às demandas administrativas externas.
- 2.2.9. Assim, caso seja verificada a incompatibilidade entre bem fornecido em locação e a necessidade desta, é facultado a ela não contratar mais com o licitante vencedor, havendo ainda a possibilidade de realização de um novo certame licitatório, visto que não há obrigatoriedade de adquirir todo o quantitativo presente em ata de Adesão.
- 2.2.10. Sendo assim, a adoção do Sistema de Registro de preços tem se mostrado demasiadamente vantajosa, visto que, além de dar celeridade ao processo licitatório basilares da Administração Pública, garante a probidade nas contratações.
- 2.2.11. O Poder Público desenvolve atividades para dispor o bem-estar de seus jurisdicionados. Isso tudo se presencia na órbita de atos que traduzem a sua finalidade. De igual modo, sabemos que o Estado ou exerce atividades destinadas à perseguição de seus objetivos institucionais ou históricos, com execução de forma direta, ou socorrendo-se ao serviço realizado por terceiros, o particular.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

2.2.12. Todas as informações apresentadas nos levam a recomendação que sejam autorizadas pela Lei n° 10.024/2021.

2.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

2.4. Bens e serviços que compõem a solução

2.4.1. Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

a) **Quantidade Mínima:** representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

b) **Quantidade Máxima:** representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

2.4.2. **A Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

2.4.3. Quadro de especificações da solução

Item	Grupo	Descrição	Catser	Unid	QTD	QTD Min.	QTD Máx.	Menor valor	Menor valor Total
6		Solução De Categorização e Inventário De Ativos Pacote 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 144.827,77	R\$ 434.483,31
8		Solução De Gerenciamento De Patch – Remediação De Ativos Pacote 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 121.377,54	R\$ 364.132,62
9		Solução De Gerenciamento De Vulnerabilidades Pacote 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 111.071,39	R\$ 333.214,17
7		Solução De Detecção E Resposta E Proteção Contra Malware Pacote 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 141.392,38	R\$ 424.177,14



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

10		Solução De Verificação E Scan De Aplicações Web Pacote 10 Url's	26077	serviço	3	1	3	R\$ 60.056,03	R\$ 180.168,09
1	Grupo 1	Serviço De Implementação Categorização E Inventário De Ativos Pacote de implementação para 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
2		Serviço De Implementação De Gerenciamento De Patch – Remediação De Ativos Pacote de implementação para 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
4		Serviço De Implementação De Solução De Gerenciamento De Fragilidades Pacote de implementação para 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
3		Serviço De Implementação De Solução De Detecção E Resposta E Proteção Contra Malware Pacote de implementação para 500 ativos	26077	serviço	3	1	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
5		Serviço De Implementação De Solução De Verificação E Scan De Aplicações Web Pacote de Implementação de 10 Url's	26077	serviço	3	1	3	R\$ 5.120,00	R\$ 15.360,00
Valor do Grupo 1									R\$ 67.646,88
Valor Total									R\$ 1.803.822,21

2.4.4. As especificações técnicas dos serviços a serem fornecidos estão discriminados no **ENCARTE A - Especificações técnicas da solução.**

2.4.5. A especificação geral, os quantitativos, o valor máximo aceitável, os respectivos códigos dos itens estão discriminados na tabela no "item 8" deste Termo de Referência.



3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública de estrutura multicampi composta por 6 unidades distribuídas nos 3 estados da região sul do Brasil. Sua infraestrutura de TIC institucional que abrange componentes de hardware e software, mantém a maioria dos processos das atividades meio e fim institucionais em diferentes sistemas de informação. Tal infraestrutura é propensa a ataques e incidentes de segurança em virtude de sua dimensão, uso e operação em rede e internet. Sendo assim, são indispensáveis ferramentas de proteção e prevenção de incidentes.
- 3.1.2. O TCU realizou, entre 3/8/2021 e 9/3/2022, o primeiro de sete ciclos previstos para o acompanhamento de controles críticos de segurança cibernética das organizações públicas federais. Este ciclo, que contemplou 377 organizações, avaliou a implementação de vinte medidas de segurança básicas relacionadas a cinco dos dezoito controles críticos de segurança cibernética estabelecidos no framework do Center for Internet Security (CIS): inventário e controle de ativos de hardware corporativos; inventário e controle de ativos de software; gestão contínua de vulnerabilidades; conscientização sobre segurança e treinamento de competências; e gestão de respostas a incidentes. Através do resultado desta auditoria foi possível estabelecermos pontos de melhoria. Os quais são referência para essa contratação.
- 3.1.3. À medida que o governo promove a transformação digital e oferece serviços online aos cidadãos, as organizações públicas ficam cada vez mais dependentes de soluções de tecnologia, como softwares, bancos de dados e sistemas informatizados. Isso implica em um aumento significativo nos riscos de ataques cibernéticos, devido a vulnerabilidades na segurança da informação e cibernética, afetando tanto o governo quanto os cidadãos de forma significativa. Buscar ferramentas, frameworks e processos de gestão modernos que auxiliem os órgãos públicos a manter integridade, disponibilidade e autenticidade de sua informação e infraestrutura se tornou um dever do gestor público de TIC nos últimos anos. E é nela que esta contratação se sustenta e almeja instrumentalizar sua infraestrutura com novos mecanismos de segurança das informações institucionais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

3.1.4. A instituição do PGD (Programa de Gestão e Desenvolvimento) na UFFS consolidou a modalidade de trabalho remoto, dispersando o parque de máquinas da instituição para fora do perímetro da LAN institucional. Através do acesso remoto (VPN) os trabalhadores da UFFS conseguem acessar os recursos internos digitais de forma que possam desempenhar suas funções adequadamente. No entanto, com o crescimento deste tipo de acesso, se faz ainda mais urgente e necessário aumentar a segurança nas pontas (endpoints), através de inventário, gestão de vulnerabilidades (fragilidades), detecção e resposta em tempo real de ameaças e instalação de patches de segurança.

3.1.5. A modalidade de licitação definida neste processo cumpre o disposto nos Decretos no 5.450/2005 e 7.892/2013, permitindo assim a aquisição de forma parcelada, nas quantidades e no momento adequado às necessidades da UFFS. A eventual aquisição da solução ora apresentada justifica-se pela impossibilidade de garantia de 100% de proteção aos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo imprescindível nesse contexto a presença de solução de avaliação de riscos, ameaças e mitigação integrada.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. A solução está alinhada aos seguintes instrumentos:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Funcionamento da UFFS

ALINHAMENTO AO PDTIC	
	Demanda está prevista no PDTIC 2022-2026 em fase de elaboração

ALINHAMENTO AO PAC 2023						
Item	Grupo	Descrição	Item PCA	Catser	Unid	QTD
6		Solução De Categorização e Inventário De Ativos Pacote 500 ativos	1842	26077	serviço	3
8		Solução De Gerenciamento De Patch – Remediação De Ativos Pacote 500 ativos	1843	26077	serviço	3



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

9		Solução De Gerenciamento De Vulnerabilidades Pacote 500 ativos	1844	26077	serviço	3
7		Solução De Detecção E Resposta E Proteção Contra Malware Pacote 500 ativos	1845	26077	serviço	3
10		Solução De Verificação E Scan De Aplicações Web Pacote 10 Url's	1846	26077	serviço	3
1	Grupo 1	Serviço De Implementação Categorização E Inventário De Ativos Pacote de implementação para 500 ativos	1847	26077	serviço	3
2		Serviço De Implementação De Gerenciamento De Patch – Remediação De Ativos Pacote de implementação para 500 ativos	1848	26077	serviço	3
4		Serviço De Implementação De Solução De Gerenciamento De Fragilidades Pacote de implementação para 500 ativos	1849	26077	serviço	3
3		Serviço De Implementação De Solução De Detecção E Resposta E Proteção Contra Malware Pacote de implementação para 500 ativos	1850	26077	serviço	3
5		Serviço De Implementação De Solução De Verificação E Scan De Aplicações Web Pacote de Implementação de 10 Url's	1851	26077	serviço	3

3.3. Estimativa da demanda

- 3.3.1. A presente contratação visa atribuir uma unidade de licença para cada host UFFS. Os hosts hoje são divididos em dois grandes grupos: Servidores de Aplicação e Equipamentos de usuários
- 3.3.2. Para o ambiente de infraestrutura de aplicações tem como unidade básica de organização uma máquina virtual (MV ou *VM - Virtual Machine*), onde executa um sistema operacional de servidor servindo de base para a execução de aplicações de diversas naturezas (aplicações de banco de dados, aplicações Web, *softwares* básicos de infraestrutura de rede, dentre outras aplicações).
- 3.3.3. A infraestrutura de aplicações institucionais é composta por 4 (quatro) ambientes virtualizados (desenvolvimento, testes, homologação e produção)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

utilizando o virtualizador VMware ESXi, coordenados pelo *software* VMware vCenter e distribuídos em 10 servidores físicos com 2 *sockets* de processamento cada.

- 3.3.4. Considera-se então para a estimativa da demanda o número de 400 (quatrocentas) máquinas virtuais (MVs) que necessitam da presente solução de segurança da informação, onde 60 (sessenta) MVs são responsáveis pela infraestrutura de rede, autenticação e repositório nos *campi* e 340 (trezentos e quarenta) são responsáveis pela infraestrutura de aplicações institucionais do ambiente de produção.

Ambiente do vCenter	Número de máquinas virtuais de produção
Datacenter	340
Campus Chapecó	10
Campus Erechim	10
Campus Cerro Largo	10
Campus Laranjeiras do Sul	10
Campus Realeza	10
Campus Passo Fundo	10

- 3.3.5. Já o ambiente de estações de trabalho do usuário deverá ter cobertura para o quantitativo adquirido nos últimos 5 anos, prazo médio que o equipamento fica ativo em ciclo de vida, totalizando 978 equipamentos ativos no parque, sendo divididos da seguinte forma:

Estações de Trabalho	Desktops	Notebooks
2019	514	15



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

2020	3	7
2021	50	109
2022	38	110
2023	100	42

3.3.6. Portanto o quantitativo estimado de licenças para cobrir o parque de máquinas da UFFS é de 1378. Lembrando que este número é uma estimativa, prevendo possível crescimento do parque ou equipamentos legados mais antigos que ainda podem ser utilizados e não entraram na conta é salutar prever, pelo menos, um quantitativo de 5% a 10% superior ao aqui calculado e considerando a vigência da ATA.

3.3.7. A demanda quanto aos serviços deverá atender abranger uma plataforma central (Dashboard), **única**, contendo as seguintes funcionalidades: Categorização de Ativos, Gerenciamento de Patches, com possibilidade de aplicação através da plataforma, gerenciamento de vulnerabilidades, Detecção, resposta e proteção contra malware e scan de aplicações (URLs).

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. A solução adotará o Sistema de Registro de Preços conforme especificado no item 12 (DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) e seus subitens deste Termo de Referência.

3.4.2. Formou-se um grupo (grupo 1) para o item serviços que deverá ser arrematado no conjunto completo por um só proponente que deve ter todas as habilitações especificadas neste documento e especificações técnicas da solução.

3.4.3. A decisão de agrupar os itens levou em consideração que a entrega parcial de alguns serviços do grupo, poderia resultar em dificuldades de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

implementação e não atenderia plenamente às demandas da instituição. Ao optar por obter todos os serviços necessários de um único fornecedor, garante-se a disponibilidade completa e simultânea dos elementos essenciais para a construção da solução.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.5.1. Adequação ao Programa PPSI do SGD/MGI N° 852. Adequação aos principais desafios de cibersegurança que tem se apresentado aos órgãos da Administração Pública nos últimos anos e maior gerência para que os servidores de tecnologia da informação possam possuir ferramentas mínimas visando manter a confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação digital da instituição.
- 3.5.2. Aderência a padrões adotados pelo mercado para a proteção contra ameaças de segurança da informação, como por exemplo o processo de Patch Management e Gerenciamento de Vulnerabilidades.
- 3.5.3. Assegurar a garantia da segurança dos dados institucionais ao manter-se uma solução canivete focada em endpoints com atualizações em tempo real.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

- 4.1.1. Atendimento ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital instituído pela PORTARIA SGD/MGI N° 852, DE 28 DE MARÇO DE 2023.
- 4.1.2. Continuidade da conformidade das práticas institucionais à NBR ISO/IEC 17799 - Código de prática para a gestão da segurança da informação;
- 4.1.3. Atender a Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFFS estabelecida através da PORTARIA N° 216/GR/UFFS/2018.
- 4.1.4. Em conformidade com a ETIR (PORTARIA N° 2535/GR/UFFS/2022). A gestão desta plataforma deverá ser exclusiva aos profissionais da área de



4.2. Subcontratação

- 4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Requisitos de Capacitação

- 4.3.1. A empresa CONTRATADA deverá executar um repasse de conhecimento para os técnicos de TIC da UFFS que farão o gerenciamento da solução.
- 4.3.2. Os todos os custos com repasses, transferência de conhecimento e capacitações necessárias para o bom funcionamento da solução são a cargo da CONTRATADA.

4.4. Requisitos Legais

- 4.4.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, ao Decreto-Lei nº 200/1967, à Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações), à Lei nº 10.520/01, (Lei do Pregão), ao Decreto nº 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), à IN SGD-ME nº 01/2019 (Contratação de Soluções de TIC) e a outras legislações aplicáveis.

4.5. Requisitos de Manutenção

- 4.5.1. A FABRICANTE deve oferecer manutenção e atualização constante da plataforma durante todo o período de vigência do contrato de serviço.
- 4.5.2. As atualizações de serviço devem ser transparentes para o administrador da solução, sem afetar nenhum dos dados armazenados e serviços fornecidos.
- 4.5.3. Será admitida apenas 1 desconexão por trimestre, por período não superior a 4 horas do serviço oferecido em janelas de manutenção programada e previamente avisado.

4.6. Requisitos Temporais

- 4.6.1. O suporte técnico e evoluções das licenças, devem ser fornecidos pelo período de 36 meses a partir do fornecimento das licenças.

4.7. Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.7.1. O fornecedor deve observar as boas práticas de mercado, tais como COBIT/ITIL, a POSIC da UFFS e a legislação vigente na implementação da Solução de TIC.



4.8. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.8.1. Todo o fornecimento deverá levar em consideração os critérios de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente conforme requisitos constantes da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010.

4.9. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

A solução deve possuir uma console centralizada e única que reúna as funcionalidades de: patch management, com possibilidade de aplicação dos patches de segurança via plataforma. Controle de inventário. Gerenciamento de Vulnerabilidades. Endpoint Detection & Response. Scan e monitoramento de URLs em um só pacote, prezando assim pelo melhor custo benefício e deploy da solução com apenas um agente nos hosts.

A arquitetura tecnológica da solução deverá observar os requisitos gerais e específicos de cada item de acordo com o ENCARTE A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO.

4.10. Requisitos de Projeto e de Implementação

Não aplicável à presente contratação.

4.11. Requisitos de Implantação

A solução, através de seu agente, deve ser instalada em servidores, estações de trabalho e máquinas virtuais, suportando sua implantação em rede local, em rede doméstica e na nuvem.

A solução deve oferecer suporte para sua implantação em pelo menos os seguintes sistemas operacionais:

Windows 7/10/ Windows Server 2003 SP2 / 2008 e posteriores (x86, x64)

Red Hat Enterprise Linux/CentOS 6.5+, 7.x (x64), 8.x (x64)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Ubuntu 14, 16,18,19,20 (x64)

Oracle Enterprise Linux 8, Oracle Enterprise Linux (OEL) 7 até 7.5, Oracle Enterprise Linux (OEL) 6

Amazon Linux 2, Amazon Linux 2018.03, Amazon Linux 2017.09, Amazon Linux 2017.03

SUSE Linux Enterprise Server (SLES) 12, SUSE Linux Enterprise Server (SLES) 11.

4.12. Requisitos de Garantia e Manutenção

A solução deverá prover suporte técnico e atualizações do fabricante pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de disponibilização das licenças para uso.

4.13. Requisitos de Experiência Profissional

Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos necessários para a prestação dos serviços;

4.14. Requisitos de Formação da Equipe

4.14.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.14.2. A CONTRATADA deve disponibilizar profissionais para equipe capacitados nos produtos e tecnologias envolvidas na solução

4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.15.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.15.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 4.15.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.
- 4.15.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- 4.15.5. O início de qualquer atividade que envolvam a movimentação de dados e/ou atualização de sistema deverá preceder de reunião e/ou ciência da equipe técnica da UFFS;

4.16. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

- 4.16.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
- 4.16.2. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 4.16.3. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no **Encarte G- Termo de ciência** e **Encarte H - Termo de compromisso de manutenção do sigilo**.

4.17. Requisitos de Sustentabilidade

4.16.1. De acordo com as orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 5ª ed., julho 2022**, recomendamos que a Contratada observe, **no que couber**, boas práticas de sustentabilidade quando da execução dos serviços, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

previsto nos Art. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no Decreto nº 10.024/2019 e Legislação correlata.

4.16.2. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

4.16.3. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

5. RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.3. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.6. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração,



incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 5.2.1. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.2. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.5. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.6. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.7. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.8. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.9. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 5.2.10. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.11. Arcar com todos os custos com transporte, hospedagem e capacitação no decorrer do fornecimento da solução

5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
 - 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
- 5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
 - 5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
 - 5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada;



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

- 6.1.1. A execução dos serviços se dará, sempre que possível, de forma virtual, por e-mail, telefone, chat ou acesso remoto. Em casos excepcionais, o fornecedor deverá encaminhar colaborador para acesso presencial aos equipamentos servidores.
- 6.1.2. As licenças serão disponibilizadas no máximo após 10 (dez) dias da assinatura do contrato.
- 6.1.3. A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.2. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.2.1. Não é aplicável a esta contratação, pois o número de licenças é proporcional à demanda existente.

6.3. Mecanismos formais de comunicação

- 6.3.1. A comunicação formal se dará por e-mail e/ou página de suporte para abertura de incidentes e solicitação de suporte do fabricante.
- 6.3.2. São definidos também como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
 - 6.3.3. Ordem de Serviço;
 - 6.3.4. Ata de Reunião;
 - 6.3.5. Ofício;
 - 6.3.6. Sistema de abertura de chamados;
 - 6.3.7. E-mails e Cartas;



- 6.3.8. Plataforma de comunicação instantânea a ser definida em reunião inicial de contrato.

6.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Reunião Inicial

- 7.1.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 7.1.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
- 7.1.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:
- 7.1.3.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
 - 7.1.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
 - 7.1.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
 - 7.1.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

- 7.1.3.5. Definição de cronograma de implantação da solução e demais tratativas.

7.2. Critérios de Aceitação

- 7.2.1. Os bens ou serviços da solução somente serão aceitos se atendidos integralmente as exigências previstas nos termos de referência, nas especificações e contrato.

7.3. Controle e Fiscalização

- 7.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 01, de 2019.

7.4. Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.4.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.4.1.1. Verificação do atendimento de todas as exigências previstas no contrato;
 - 7.4.1.2. A comprovação de entrega de bens previstos em contrato da solução ;
 - 7.4.1.3. A comprovação de pleno funcionamento dos sistemas que compõem a solução;
 - 7.4.1.4. E fiel cumprimento das exigências previstas nesta licitação e no contrato.

7.5. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 7.5.1. Os níveis de serviços previstos e acordados na solução deverão ser atendidos integralmente.
- 7.5.2. Todos os serviços da plataforma devem estar disponíveis sob o mesmo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

padrão de qualidade de serviço 24x7x365 e garantir 99% de disponibilidade.

- 7.5.3. Será admitida apenas 1 desconexão por trimestre, por período não superior a 4 horas do serviço oferecido em janelas de manutenção programada e previamente avisado.

7.6. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

- 7.6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:
- 7.6.2. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.6.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.6.4. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.6.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 7.6.6. Cometer fraude fiscal.
- 7.6.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 7.6.8. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- 7.6.9. **Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o objeto contratado.
- 7.6.10. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.6.11. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 7.6.12. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 7.6.13. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 7.6.14. As sanções previstas nos subitens da tabela do item 7.5.9 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.6.15. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 7.6.16. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.6.17. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.6.18. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 7.6.19. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.6.20. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 7.6.21. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.6.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 7.6.23. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 7.6.24. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 7.6.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.6.26. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.6.27. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.6.28. **Tabela de Ocorrência, sanções e glosas:**

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
----	------------	----------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

1	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
2	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
3	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
4	Não executar total ou parcialmente os materiais/serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os materiais solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do objeto.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do objeto, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato. .



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

7	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do objeto, o que poderá acarretar a rescisão do objeto, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei no 8.666, de 1993.
8	Não atender aos prazos de entrega	Glosa de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor de cada equipamento em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias.
		Multa de 2% sobre o valor OFB/Nota de Empenho, no caso da não entrega do equipamento, sem prejuízo da aplicação da glosa.
9	Não atender o nível de 99% de disponibilidade do serviço	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Objeto.
10	Deixar de realizar manutenção e atualização na plataforma durante todo o período de vigência do contrato de serviço.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Objeto.
11	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do Objeto.



7.7. Do Pagamento

- 7.7.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.7.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.7.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.7.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.7.6. o prazo de validade;
 - 7.7.7. a data da emissão;
 - 7.7.8. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.7.9. o período de prestação dos serviços;
 - 7.7.10. o valor a pagar; e
 - 7.7.11. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação,



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 7.7.13. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.7.14. não produziu os resultados acordados;
- 7.7.15. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.7.16. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.7.18. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.7.20. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 7.7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

créditos.

- 7.7.22. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.7.24. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo I da IN SEGES/MP n.5/2017 quando couber.
- 7.7.26. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.7.27. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365 \quad I = 0,00016438$$



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.8. Recebimento

- 7.8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.8.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.8.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 7.8.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.8.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 7.8.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.8.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.8.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.8.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.8.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
 - 7.8.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.8.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.12.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A composição de preços está minudenciada no item 11 do Encarte Estudo Técnico Preliminar.

8.2. A estimativa de preço foi elaborada pela Equipe de Planejamento, a partir de pesquisas de preços, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MP nº 73, de 05 de agosto de 2020.

8.3. O Valor estimado da contratação é de **R\$ R\$ 1.803.822,21 (Um milhão, oitocentos e três mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos).**

item	Grupo	Descrição	Unid	QTD	Menor valor	Menor valor Total
6		Solução De Categorização e Inventário De Ativos Pacote 500 ativos	serviço	3	R\$ 144.827,77	R\$ 434.483,31



8		Solução De Gerenciamento De Patch – Remediação De Ativos Pacote 500 ativos	serviço	3	R\$ 121.377,54	R\$ 364.132,62
9		Solução De Gerenciamento De Vulnerabilidades Pacote 500 ativos	serviço	3	R\$ 111.071,39	R\$ 333.214,17
7		Solução De Detecção E Resposta E Proteção Contra Malware Pacote 500 ativos	serviço	3	R\$ 141.392,38	R\$ 424.177,14
10		Solução De Verificação E Scan De Aplicações Web Pacote 10 Url's	serviço	3	R\$ 60.056,03	R\$ 180.168,09
1	Grupo 1	Serviço De Implementação Categorização E Inventário De Ativos Pacote de implementação para 500 ativos	serviço	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
2		Serviço De Implementação De Gerenciamento De Patch – Remediação De Ativos Pacote de implementação para 500 ativos	serviço	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
4		Serviço De Implementação De Solução De Gerenciamento De Fragilidades Pacote de implementação para 500 ativos	serviço	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
3		Serviço De Implementação De Solução De Detecção E Resposta E Proteção Contra Malware Pacote de implementação para 500 ativos	serviço	3	R\$ 4.357,24	R\$ 13.071,72
5		Serviço De Implementação De Solução De Verificação E Scan De Aplicações Web Pacote de Implementação de 10 Url's	serviço	3	R\$ 5.120,00	R\$ 15.360,00
Valor do Grupo 1						R\$ 67.646,88
Valor Total						R\$ 1.803.822,21



9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 9.1. A instância de competência cabível será responsável em apresentar a fonte de recurso que viabilizará a contratação em conformidade com a legislação vigente cabível, e atentar para a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1. Todos os itens são passíveis de contrato devido os objetos da solução se tratarem de serviços
- 10.2. O contrato vigorará por 36 (trinta e seis) meses, vinculado ao ciclo de vida previsto para a solução, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme inciso II, nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993 e observados os seguintes requisitos:
- 10.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 10.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 10.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 10.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 10.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 10.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 10.2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 10.3. A assinatura do contrato deve ocorrer em até 05 dias úteis após notificação pela



contratante.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 11.1. Para os itens em que haverá contrato, no caso de reajuste após os 36 meses será adotado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/> conforme definido no Art. 24. da Instrução Normativa SGD/ME no 1 de 4 de abril de 2019.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

- 12.1.1. O regime da execução dos contratos é empreitada por preço unitário, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.
- 12.1.2. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.
- 12.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “serviço comum” conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

- 12.2.1. Considerando os incisos I e II do Artigo 10 do Decreto nº 8.538 de 06 de Outubro de 2015:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

Desse modo, foram realizadas consultas no Simples Nacional, conforme os documentos anexos ao processo, apenas um (01) dos fornecedores consultados se enquadram como ME/EPP.

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

Desse modo, acredita-se que a continuidade da contratação/aquisição sem a exclusividade para ME/EPP seja mais vantajoso pois a participação mais abrangente gerará maior competitividade, maior disputa pelo preço e maior economicidade para a administração, e a exclusividade poderia resultar em um processo deserto, logo com maior custo para replanejamento e execução do processo licitatório. Salienta-se ainda que o objeto proposto para contratação possui certa complexidade e disponibilidade do serviço, logo seu atendimento requer um corpo técnico qualificado para resolução de problemas como também é oportuno que a empresa tenha um satisfatório estoque de equipamentos e suporte técnico especializado no objeto em questão.

12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1. O fornecedor deve ser revendedor autorizado do fabricante da solução para provimento de segurança da informação com as funcionalidades de Controle de Inventário, Patch Management, Gerenciamento de Vulnerabilidades, Endpoint Detection & Response e Monitoramento/SCAN de URLs



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

12.3.1.1. O licitante deverá apresentar carta do fabricante que comprove ser parceiro em nível *MSP/MSSP Partner* ou *Value-Added Reseller (VAR)*

12.3.2. A exigência pela aplicação desses critérios visam minimizar o risco de descumprimento contratual e de prejuízos a UFFS pela falta/insuficiência de capacidade técnico-operacional da contratada para a prestação adequada dos serviços cujas características, prazos, quantidades e níveis de satisfação sejam compatíveis com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência. Cabe salientar que o serviço em questão é essencial para as atividades da UFFS, crítico e envolve além de questões técnicas, a segurança da informação da UFFS. Assim, a empresa vencedora do certame deverá comprovar que já possui experiência no mercado e capacidade técnica para atender aos requisitos mínimos exigidos



DOS ENCARTES

- ENCARTE A - Especificações Técnicas da solução;
ENCARTE B - Modelo para apresentação de Proposta de Preços;
ENCARTE C - Estudos Técnicos Preliminares;
ENCARTE D - Mapa de Gerenciamento de Riscos;
ENCARTE E - Modelo de ordem de fornecimento de bens;
ENCARTE F - Declaração de não ocorrência de registro e oportunidade;
ENCARTE G - Termo de ciência;
ENCARTE H - Termo de compromisso de manutenção do sigilo.

DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 12.4. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA No 1503/PROAD/UFFS/2023, DE 16 OUTUBRO DE 2023.
- 12.5. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> Flavio Humberto Testa Matrícula/SIAPE: 2388204	<hr/> Jones Jeferson Muneron Matrícula/SIAPE: 1816277

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<hr/> Marcos Eugênio Dietrich Matrícula/SIAPE: 2126948	<hr/> Anderson Machado Pereira Matrícula/SIAPE: 1766529



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Autoridade Máxima da Área de TIC

Cassiano Carlos Zanuzzo
Secretário Especial de Tecnologia e Informação
2809631

Chapecó, *dezembro* de 2023.

Aprovo,

Autoridade Competente

Carla Berwanger
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura em exercício
1795516

Chapecó, *dezembro* de 2023.



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° 43/2023 - SETI (10.53)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 16:59)

CARLA BERWANGER

PRO-REITOR

PROAD (10.46)

Matrícula: ###955#6

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 16:02)

CASSIANO CARLOS ZANUZZO

SECRETARIO

SETI (10.53)

Matrícula: ###096#1

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 16:03)

FLAVIO HUMBERTO TESTA

ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO

DITI (10.53.05)

Matrícula: ###882#4

(Assinado digitalmente em 15/12/2023 16:59)

MARCOS EUGENIO DIETRICH

TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

DRT (10.53.05.02)

Matrícula: ###269#8

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **43**
, ano: **2023**, tipo: **F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **15/12/2023** e o código de verificação:
55c230402d